

VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO EM *TORTO ARADO*, DE ITAMAR VIEIRA JÚNIOR

VIOLENCE AND EXPLOITATION IN *TORTO ARADO*, BY ITAMAR VIEIRA JÚNIOR

Daniel Barros Liberato¹

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade analisar o processo de representação da violência na literatura, utilizando como objeto de estudo o romance *Torto Arado*, de Itamar Vieira Júnior. Nele é possível perceber como as protagonistas e as outras personagens que, assim como elas, moram na fazenda “Água Negra”, são exploradas pelo dono deste local. A pesquisa possui um caráter bibliográfico e comparativo e faz uso principalmente das obras *Sobre o autoritarismo brasileiro* e *Dicionário da escravidão e liberdade* como amparo teórico acerca do trabalho compulsório e da opressão presentes ao longo da história da sociedade brasileira. O primeiro livro foi escrito e o segundo fora organizado pela antropóloga e historiadora Lilia Moritz Schwarcz. Conclui-se que, apesar de ter acabado dentro da lei, a escravidão deixou sequelas na história do Brasil, que repercutem em situações de trabalho análogo à escravidão, como a que o livro de Itamar Vieira Júnior aborda, ou no racismo estrutural da nossa sociedade.

Palavras-chave: torto arado; exploração; violência; autoritarismo; escravidão.

Abstract: The present work aims to analyze the process of representation of violence in literature, using as an object of study the novel *Torto Arado*, by Itamar Vieira Júnior. In it is possible to perceive how the protagonists and the other characters, who, like them, live on the “Água Negra” farm, are exploited by the owner of this place. This work has a bibliographic and comparative character and makes use mainly the books *Sobre o autoritarismo brasileiro* e *Dicionário da escravidão e liberdade* as theoretical support about compulsory labor and oppression presents in the Brazilian society. The first book was written and the second was organized by the anthropologist and historian Lilia Moritz Schwarcz. It is concluded that, despite having just ended in the law, slavery has left sequelae in Brazil, which has repercussions in situations of work analogous to slavery, such as that Itamar Vieira Júnior's book addresses, or in the structural racism on our society.

Keywords: torto arado; exploitation; violence; authoritarianism; slavery.

¹ Graduando em Letras – licenciatura (português e espanhol); bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); e-mail: danielbarrosliberato4@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Torto Arado (2019) é um romance de formação escrito por Itamar Vieira Júnior. A obra acompanha a vida de duas irmãs, Bibiana e Belonísia, que têm suas existências ainda mais interligadas quando, após um acidente na infância, Belonísia perde a língua, e sua irmã passa a ter que ajudá-la a se comunicar.

Foi quando coloquei o metal na boca, tamanha era a vontade de sentir seu gosto, e, quase ao mesmo tempo, a faca foi retirada de forma violenta. Meus olhos ficaram perplexos, vidrados nos olhos de Belonísia, que agora também levava o metal à boca. Junto com o sabor de metal que ficou em meu paladar se juntou o gosto do sangue quente, que escorria pelo canto de minha boca semiaberta, e passou a gotejar de meu queixo. O sangue se pôs a embotar de novo o tecido encardido e de nódoas escuras que recobria a faca. Belonísia também retirou a faca da boca, mas levou a mão até ela como se quisesse segurar algo. Seus lábios ficaram tingidos de vermelho, não sabia se tinha sido a emoção de sentir a prata, ou se, assim como eu, tinha se ferido, porque dela também escorria sangue. (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 11).

Ademais, as duas protagonistas vivem em uma fazenda chamada “Água Negra”, local onde os que ali trabalham, descendentes de ex-escravizados, continuam sendo profundamente explorados.

O sistema acabou tarde e de maneira conservadora. Apenas depois de uma série de leis graduais, como a Lei do Ventre Livre, de 1871 (que libertava os filhos mas não as mães, e ainda garantia ao senhor o direito de optar entre ficar com os libertos até 21 anos de idade e entregá-los ao governo), a Lei dos Sexagenários, de 1885 (que manumitia escravizados precocemente envelhecidos e muitas vezes impossibilitados de trabalhar, representando despesa em vez de lucro para o proprietário), e finalmente a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888. Curta, ela representou uma solução de compromisso. A lei não ressarcia os senhores, que esperavam receber indenização do Estado por suas “perdas”. No entanto, também não previu nenhuma forma de integração das populações recém-libertas, inaugurando um período chamado de pós-emancipação, que teve data precisa para começar mas não para terminar. (SCHWARCZ, 2019, p. 30 e 31).

Visto isso, este trabalho pretende analisar o processo de representação da violência na literatura, utilizando *Torto Arado* (2019) como objeto de análise. Propomos um estudo sobre o modo pelo qual as personagens desse livro são exploradas e violentadas, com foco na exploração do trabalho de ex-escravizados e/ou seus descendentes. Tal abordagem só é possível porque, embora se trate de uma obra literária, esta permite importantes discussões histórico-sociais, uma vez que trata de temas como exploração, racismo, violência de gênero e luta por terra.

2. DESENVOLVIMENTO

A maior parte da trama se passa na fazenda em que moram as protagonistas do romance. Ex-escravizados ou destes descendentes, todos os trabalhadores que ali vivem são explorados. Todavia, embora submetidos a uma situação análoga à escravidão, são poucos os que tem consciência disso.

[...] a liberdade jurídica não se transformou em imediata passagem para um mundo de plenos direitos e gozos civis. Suas vidas e condições de trabalho continuaram extremamente precarizadas, faltando-lhes todo tipo de proteção legal, trabalhista e social. (MAC CORD; S. SOUZA, 2018, p. 412).

O próprio pai de Bibiana e Belonísia, Zeca Chapéu Grande, acredita que eles têm de ter gratidão ao dono da fazenda na qual trabalham, chegando inclusive a entregar para ele, Sutério, o melhor dos legumes que colhe.

Falava com dureza sobre nossas condições de vida na fazenda, a ponto de deixar meu pai embaraçado. Zeca nos fez saber, em muitas oportunidades, que falar mal de quem havia nos acolhido e permitido que morássemos e dali vivêssemos era ingratidão. (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 125).

Sutério passava rigorosamente toda semana e levava o que podia. Mas não deixava levar o melhor, como meu pai fazia por gratidão. Separava os legumes maiores para a casa, para meus pais. Só não deixava apodrecer nos pés, de desgosto, porque achava um desrespeito com a própria terra. Mas se desse para dar aos animais, eu dava, só para não deixar que ele levasse meu suor, minhas dores nas costas, meus calos nas mãos e minhas feridas nos pés, como se fosse algo seu. (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 146).

Esse pensamento, claro, foi implantado ao longo dos anos na cabeça dos trabalhadores pela classe dominante.

Os donos da terra eram conhecidos desde a lei de terras do império, não havia o que contestar. Quem chegasse era forasteiro, poderia ocupar, plantar e fazer da terra sua morada. Poderia cercar seu quintal e fazer roça na várzea nas horas vagas. Poderia comer e viver da terra, mas deveria obediência e gratidão aos senhores. (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 177).

Para além do trabalho explorado, os trabalhadores de Água Negra e suas famílias vivem em péssimas condições. Uma vez que são proibidos de construir casas de alvenaria, passam a ser obrigados a viver em precárias moradias de barro, a fim de que nada demarque o tempo de presença deles na terra. Nem ao menos banheiro as casas possuem, e, embora tenham uma pequena roça própria, o trabalho nela não deve ser prioridade, de modo que é necessário primeiro satisfazer as vontades do dono da fazenda.

O gerente queria trazer gente que “trabalhe muito” e “que não tenha medo de trabalho”, nas palavras de meu pai, “para dar seu suor na plantação”. Podia construir casa de barro, nada de alvenaria, nada que demarcasse o tempo de presença das famílias na terra. Podia colocar roça pequena para ter abóbora, feijão, quiabo, nada que desviasse da necessidade de trabalhar para o dono da fazenda, afinal, era para isso que se permitia a morada. Podia trazer mulher e filhos, melhor assim, porque quando eles crescessem substituiriam os mais velhos. Seria gente de estima, conhecida, afilhados do fazendeiro. Dinheiro não tinha, mas tinha comida no prato. Poderia ficar naquelas paragens, sossegado, sem ser importunado, bastava obedecer às ordens que lhe eram dadas. Vi meu pai dizer para meu tio que no tempo de seus avós era pior, não podia ter roça, não havia casa, todos se amontoavam no mesmo espaço, no mesmo barracão. (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 37).

Os trabalhadores também não recebem salário, apenas comida e uma frágil morada para se alojarem com suas respectivas famílias.

Para as pessoas retratadas no romance, a abolição da escravidão não fez muita diferença, elas continuavam circulando como nômades pelo território, cruzando desde o Rio São Francisco,

passando pela Chapada, até o litoral em busca de um lugar que oferecesse abrigo, trabalho, água, alimento, num regime de servidão. (CORSINI, 2021, p. 116).

Ademais, não bastando ser péssimas, essas condições ainda estão vinculadas à produtividade no trabalho, tendo os explorados, dessa forma, que cumprir metas para ter direito ao mínimo preciso para sobreviver.

Aquela fazenda sempre teria donos e nós éramos meros trabalhadores, sem qualquer direito sobre ela. Não era justo ver Tio Servó e os filhos crescendo espantando os chupins das plantações de arroz. Não era justo ver meu pai e minha mãe envelhecendo, trabalhando de sol a sol, sem descanso e sem qualquer garantia de conforto em sua velhice. (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 75).

Não poderíamos feri-lo ainda mais em sua humilhação, pedindo que ele tomasse de volta as batatas-doces que havíamos adquirido com nosso trabalho na feira. Como foi longa aquela noite. Não dormi. A insônia havia se tornado companheira nas últimas semanas. Pensei nas palavras de Severo sobre a situação de nossas famílias na fazenda. Que a vida toda estaríamos submissos, sujeitos às humilhações, como a pilhagem do nosso alimento. (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 82).

Se esvaía toda a coragem de que tentei me investir para viver naquela terra hostil de sol perene e chuva eventual, de maus-tratos, onde gente morria sem assistência, onde vivíamos como gado, trabalhando sem ter nada em troca, nem mesmo o descanso, e as únicas coisas que tínhamos direito era morar lá até quando os senhores quisessem. (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 121).

Além disso, diversas passagens do livro denunciam as desigualdades sociais, sobretudo a racial, que estão ligadas a esse processo de exploração no trabalho. Tais desigualdades comumente eram justificadas com bases “científicas”, como aponta Lilia Schwarcz:

Foi exatamente nesse contexto que teorias deterministas, também denominadas “darwinistas raciais”, pretenderam classificar a humanidade em raças, atribuindo-lhes distintas capacidades físicas, intelectuais e morais. Segundos tais modelos científicos, os homens brancos e ocidentais ocupariam o topo da pirâmide social, enquanto os demais seriam considerados inferiores e com potencialidades menores. Pior sorte teriam as populações mestiças, tidas como “degeneradas” porque provenientes da mistura de raças essencialmente diversas. Esse “saber sobre as raças” visava justificar, com o aval das teorias da época, o domínio

“natural” dos senhores brancos sobre as demais populações. Visava, ainda, substituir a desigualdade criada pela escravidão por outra, agora justificada pela biologia. (SCHWARCZ, 2019, p. 31).

Assim, foi só ao sofrerem um acidente e, portanto, terem que ir a um hospital fora de “Água Negra”, que as protagonistas, Bibiana e Belonísia, saíram pela primeira vez de lá e andaram pela primeira vez em um automóvel. Foi no hospital que, também pela primeira vez, as duas viram mais pessoas brancas do que pretas em um local, o que deixa claro que as pessoas que estão sendo exploradas na fazenda em que as irmãs vivem são pretas.

No hospital, demoramos a ser atendidas. Nossos pais estavam encolhidos em um canto ao nosso lado. [...] Foi o primeiro lugar em que vi mais gente branca que preta. E vi como as pessoas nos olhavam com curiosidade, mas sem se aproximar. (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 14).

Não obstante, mesmo na hora de se aposentar, os trabalhadores são submetidos a humilhações. O patrão enrola para entregar os documentos necessários, além de explorar o trabalho deles sem pagamento. Fora isso, tirando a dívida de trabalho e uma casa, quase sempre em estado ruim, que logo precisaria ser refeita, nada é deixado para os filhos e netos de quem se aposenta.

Que para aposentar era uma humilhação, pedir documento de imposto ou da terra para os donos da fazenda. Os homens se “amarravam” para entregar alguma coisa, além de explorar o trabalho sem pagamento dos que iam se aposentar. Às vezes chegava o dia de ir para a Previdência e o povo não havia conseguido reunir os documentos de que precisava.
[...]

Além da dívida de trabalho para com os senhores da fazenda, não havia nada para deixar para os filhos e netos. O que era transmitido de um para outro era a casa, quase sempre em estado ruim e que logo teria que ser refeita. (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 180).

Por fim, conforme afirma Diego Lino Silva:

O uso da força como ferramenta de coerção é uma velha conhecida de tempos escravistas, ferramenta para manutenção das hierarquias e desigualdades sociais que corroboravam na negação de direitos às populações rurais, entre elas, a moradia. (SILVA, p. 10).

Então, ao lutarem por seus direitos, como melhores condições de trabalho e a própria terra em que cultivam e vivem, os trabalhadores são ameaçados e até mesmo mortos, como o que ocorre com um dos personagens do livro, Severo.

Tudo foi se tingindo de vermelho e segui o rastro do rio de sangue que corria, não se sabia de onde. A fonte do rio era Severo, o senhor que mobilizava os trabalhadores de Água Negra, caído na terra com oito furos feitos a bala. O grito era de Bibiana, prostrada ao chão com a cabeça do marido no colo. O rio era sangue e lágrima, caudaloso e lento, como uma corrente de lama avançando pelas casas e chamando o povo para se unir ou fugir da fazenda. (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 198).

Salu estava amargurada pela disputa pela terra que havia tirado a vida de Severo. Pelas ameaças e proibições que tinham a intenção de fazê-los deixar a fazenda. Se pôs com autoridade diante dos dois para dizer o que a estava sufocando há muito tempo.

[...]

“Olha, dona, interrompeu Salu antes que a mulher continuasse sua pregação, eu não tenho muita letra nem estudo, mas quero que a senhora entenda uma coisa. Eu não sou a única a morar nesta terra. Muitos destes moradores que vocês querem mandar embora chegaram muito antes de vocês. [...]” (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 222).

Dessa forma, *Torto Arado* retrata as condições desumanas a que diversos trabalhadores infelizmente são submetidos, uma triste herança do passado escravista do Brasil.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, portanto, a violência está presente do começo ao fim do livro, manifestando-se de modo físico, social, verbal e psicológico. Apesar da escravidão ter acabado no papel, em “Água Negra”, ela, de certa forma, persiste, uma vez que os que lá trabalham não possuem qualquer direito ou terra, nem ao menos recebem salário.

Discutir com seriedade os limites históricos entre trabalho escravo e trabalho livre (e seus matizes) permite ainda que, no tempo presente, desconstruamos o imaginário que nos faz crer que o dia 13 de maio de 1888 representou um divisor de águas na história do

trabalho brasileiro, ou seja, uma redenção da cidadania, da “civilização” e da “modernidade” em solo nacional. (MAC CORD; S. Souza, 2018, p. 415).

Suas condições de vida são péssimas, e a prioridade é sempre o bem-estar do dono da fazenda, quando, por exemplo, tem-se para ele separados os melhores legumes produzidos pelos trabalhadores. Além disso, os que no local são explorados ainda devem trabalhar até a exaustão para cumprir metas e ter o mínimo necessário para a sobrevivência.

A lei áurea não foi só curta em seu texto, como não compensou os ex-escravizados por seu passado de privações. Por isso, num contexto que prometia muita liberdade e inclusão, o que se viu foram novas exclusões sociais, cujas consequências estão ainda presentes no racismo estrutural existente no país. (FRAGA, 2018, p. 351).

Ademais, mesmo a aposentadoria é difícil, porque o patrão busca explorar ao máximo os trabalhadores. Ele chega, inclusive, a dificultar o acesso a documentos, deixando os moradores de “Água Negra” vulneráveis, apenas com dívidas de trabalho, que são passadas para seus descendentes, o que contribui para a perpetuação do ciclo de violência.

Não obstante, ao tentar lutar por melhores condições de vida e trabalho, os trabalhadores são novamente violentados, seja por meio de ameaças, ou, pior ainda, violência física. Esta, em última instância, culmina na morte de Severo, não apenas para calá-lo, mas para utilizá-lo de exemplo aos outros, acerca do que pode acontecer com eles caso também resolvam se revoltar.

Por fim, os trabalhadores, além de explorados, são condicionados a acreditar que tudo aquilo ocorre para seu bem, de modo que devem ser gratos pela “benevolência” do patrão. Isso, claro, é reforçado. Assim, como dito por Lilia Schwarcz:

No Brasil, o sistema escravocrata transformou-se num modelo tão enraizado que acabou se convertendo numa linguagem, com graves consequências. Grassou por aqui, do século XVI ao XIX, uma escandalosa injustiça amparada pela artimanha da legalidade. Como não havia nada em nossa legislação que vetasse ou regulasse

tal sistema, ele se espalhou por todo o país, entrando firme nos “costumes da terra”. Imperou no nosso território uma grande bastardia jurídica, a total falta de direitos de alguns ante a imensa concentração de poderes nas mãos de outros. (SCHWARCZ, 2019, p. 28).

Conclui-se, então, que, mesmo após a abolição do trabalho forçado, com a lei áurea em 1888, diversos trabalhadores continuaram em condições análogas à escravidão. Isso ocorreu porque as pessoas exploradas não receberam nenhum amparo por parte do poder público, ficando à mercê dos interesses das classes dominantes para conseguir sobreviver. Ademais, o racismo chegou inclusive a ser justificado por teorias ditas “científicas”, o que contribuiu para tal situação exploratória e excludente. Dessa forma, infelizmente, percebe-se que é preciso mais do que simples leis para tratar de determinado problema complexo, quando este está enraizado na estrutura de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

VIEIRA JÚNIOR, Itamar. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MAC CORD, Marcelo; S. SOUZA, Robério. Trabalhadores livres e escravos. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2018.

FRAGA, Walter. Pós-abolição; o dia seguinte. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2018.

CORSINI, Leonora. Torto Arado e o encontro com o Brasil profundo. **Nova Perspectiva Sistêmica**. v. 30, n. 70, ago. 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nps/v30n70/v30n70a11.pdf>

SILVA, Diego Lino Silva e. **A negação histórica dos direitos humanos às populações negras rurais no livro Torto arado**. 2022. 13 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos) - Instituto de Educação a Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022. Disponível em: <http://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2491>